

ANTROPÔNIMOS E TOPÔNIMOS NAS TRADUÇÕES FRANCESA E ESTADUNIDENSE DE *ESAÚ E JACÓ*, DE MACHADO DE ASSIS

ANTHROPONYMS AND TOPONYMS IN THE FRENCH AND US-AMERICAN ENGLISH TRANSLATIONS OF *ESAU E JACÓ*, BY MACHADO DE ASSIS

Gabriela Jardim da Silva¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo debruçar-se sobre o tratamento acordado aos antropônimos e aos topônimos na tradução de *Esau e Jacó* (1904), romance de Machado de Assis, em francês (realizada por Françoise Duprat) e em inglês estadunidense (realizada por Elizabeth Lowe). A partir dos trabalhos de Cícero (106 a.C. – 43 a.C.), a prática tradutória tem sido analisada e discutida por tradutores e/ou teóricos da tradução (linguistas, filósofos, psicanalistas e outros): dos diferentes procedimentos no ato de traduzir ao questionamento sobre a [im]possibilidade da tradução. Apesar de tais pontos parecerem ter sido superados em termos de discussão teórica, é necessário, no entanto, aludir as conhecidas dificuldades de tradução, e, no âmbito dessas – contidas em um vasto rol –, destacar as dificuldades associadas às questões sócio-históricas e culturais. Assim, este artigo estuda particularmente as opções tradutórias na esfera dos antropônimos (nomes de pessoas) e dos topônimos (nomes de lugares), focando nos seguintes questionamentos: convém traduzir os nomes próprios? Como agem os tradutores ao traduzirem essa classe de nomes? Quais motivações levam um tradutor a traduzir ou não um nome próprio? Para fomentar tal discussão, é feito um estudo de caso, precedido de algumas questões inerentes às discussões em teoria da tradução.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos de tradução. Dificuldades de tradução. Antropônimos. Topônimos. *Esau e Jacó*.

ABSTRACT: This article aims to focus on the treatment agreed to anthroponyms and toponyms in two translations of *Esau e Jacó* (1904), a novel by Machado de Assis: in French (performed by Françoise Duprat) and in US-American English (performed by Elizabeth Lowe). Dating back to the works of Cicero (106 BC – 43 BC), translation practice has been analyzed and discussed by translators and/or translation theorists (linguists, philosophers, psychoanalysts, etc.): from the translation act to the questioning about the [im]possibility of the translation itself. Although such points seem to have been overcome in terms of theoretical discussion, it is necessary, however, to allude to known difficulties of translation and, within the scope of those that are contained in a vast list, the difficulties associated with socio-historical and cultural issues are highlighted. This article is focused particularly in anthroponyms (names of people) and toponyms (names of places). The genesis of this work lies in the current questions: should proper names be translated? How do translators behave when translating this class of names? What motivations lead a translator to translate or not a proper name? To encourage this discussion, this article will carry out a case study, preceded by some questions inherent to discussions in translation theory.

¹ Doutora em Literatura Francesa (UFRGS); Professora Adjunta na Universidade Federal do Rio Grande (FURG).
gabriela.jardim@furg.br

KEYWORDS: Translation Studies. Translation difficulties. Anthroponyms. Toponyms. *Esau e Jacó*.

A fidelidade em tradução

A discussão acerca da fidelidade em tradução atravessa os séculos e, seguindo as apetências e as possibilidades de percepção e de apreensão das línguas-culturas estrangeiras nas diferentes épocas, é atualizada na contemporaneidade. Assunto controverso, a fidelidade em tradução figura como tema de veementes debates realizados não apenas por tradutores, mas também por escritores, linguistas, filósofos, psicanalistas e outros.

Na esfera dos estudos de tradução, a fidelidade pode ser preconizada a partir de diferentes entendimentos: há quem advogue pela primazia do sentido sobre a forma; e há quem sustente que a tradução da forma é essencial em todas as suas idiossincrasias, sendo ela também detentora de sentido. Para além da célebre dicotomia fundo/forma, a problemática em torno da fidelidade também se manifesta no tratamento concedido aos atores envolvidos: dever-se-ia ser fiel ao autor do texto original, acima de tudo, ou dever-se-ia prestar fidelidade, sobretudo, ao leitor do texto traduzido, ainda que tal escolha possa promover a utilização de artifícios diversos àqueles empregados pelo autor? Em meio a esses questionamentos, encontra-se o tradutor que, não raro, na tentativa de ser fiel a uns ou a outros, acaba por ir de encontro às suas percepções e convicções. Jean-René LADMIRAL explica a problemática da fidelidade em tradução lançando mão da Filosofia:

Toda teoria da tradução é confrontada ao velho problema filosófico do Mesmo e do Outro: estritamente falando, o texto-alvo não é o *mesmo* que o texto original, mas ele também não é exatamente um outro... O próprio conceito de ‘fidelidade’ ao texto original traduz essa ambiguidade, conforme se trata de fidelidade à letra ou ao espírito. (1994, p. 16, grifo do autor, tradução nossa)².

Fundamentado na dicotomia entre letra e espírito, LADMIRAL forja uma classificação para evidenciar duas posturas em tradução: os *sourciers* (ou *fontistas*) que, conforme sua definição, são “aqueles que, em tradução (e, particularmente, em teoria da tradução), fixam-se ao *significante* da *língua* do texto-*fonte* a ser traduzido” (2015, p. 4, grifos do autor, tradução nossa)³. Em oposição aos *sourciers*, LADMIRAL situa os *ciblistes* (ou *alvistas*) que “visam a

² “Toute théorie de la traduction est confrontée au vieux problème philosophique du Même et de l’Autre : à strictement parler, le texte-cible n’est pas le *même* que le texte original, mais il n’est pas non plus tout à fait un autre... Le concept même de ‘fidélité’ au texte original traduit cette ambiguïté, selon qu’il s’agit de fidélité à la lettre ou à l’esprit.” (LADMIRAL, 1994, p. 16).

³ “ceux qui, en traduction (et, particulièrement, en théorie de la traduction), s’attachent au *signifiant* de la *langue* du texte-*source* qu’il s’agit de traduire.” (LADMIRAL, 2015, p. 4).

respeitar o *significado* (ou, mais exatamente, o sentido e o ‘valor’) de uma *fala* que deve advir na língua-alvo” (*Ibidem*)⁴. Ao estabelecer tal diferenciação, Ladmiral assinala inscrever-se na posteridade de outros que perscrutaram a questão.⁵ Além disso, avalia como o tópico da fidelidade está expresso na dicotomia que concebe:

Os alvistas, tal como os defini, são aqueles que visam a ser fiéis ao *espírito* do texto-fonte, e não à sua letra: eles poderiam tomar para si, transposta ao contexto moderno da Traductologia, a famosa fórmula de São Paulo [...]: ‘a letra mata, (mas) o espírito vivifica’. Ao contrário, os fontistas seriam *literalistas* que gostariam de certo modo que se pudesse ler mesmo a forma da língua-fonte do texto original como em filigrana da sua tradução. (*Ibidem*, p. 20, grifos do autor, tradução nossa)⁶.

Para Ladmiral, é impossível desempenhar ao mesmo tempo os papéis de *fontista* e *alvista*, sendo esses dois modos díspares de se gerir a questão da fidelidade, à letra ou ao espírito. Entretanto, uma análise de diversos *corpora* de textos em tradução pode evidenciar que um mesmo tradutor – e, sobretudo, se este é inexperiente – pode ora pender para um literalismo incompreensível ao público-alvo da tradução, ora pender para a outra extremidade da tradução, adentrando no campo da adaptação.

Como referido anteriormente, a questão da fidelidade (língua/cultura-fonte ou língua/cultura-alvo, autor do original ou leitor da tradução, fundo ou forma) continuará a se reatualizar seguindo as apetências e a capacidade de apreensão do Outro em cada época. Sobre os modos de traduzir, interessa-nos particularmente a abordagem de questões culturais e, mais adiante, dentro desse grande grupo, o tema dos nomes próprios.

Tradução e cultura

Numerosos são os problemas – ou as dificuldades – de tradução. Por um lado, as questões linguísticas propriamente ditas e, por outro, as extralinguísticas, ou seja, aquelas associadas a conteúdos sócio-históricos e culturais. Os tópicos vinculados a conteúdos sócio-históricos e culturais notabilizam-se como os mais difíceis de se restituir em uma cultura-alvo, e complexificam-se quando o texto-fonte é concebido em uma cultura muito distante da cultura-alvo ou, ainda, em uma época relativamente remota. Edmond Cary mensura a supremacia do

⁴ “entendent respecter le *signifié* (ou, plus exactement, le sens et la ‘valeur’) d’une *parole* qui doit advenir dans la langue-cible.” (*Ibidem*).

⁵ Ladmiral menciona notadamente Cícero e sua distinção entre tradução *ut interpres* e tradução *ut orator*; Georges Mounin e sua distinção entre *verres colorés* e *verres transparents*; e Eugene Nida e sua distinção entre *formal equivalence* e *dynamic equivalence* em tradução.

⁶ “Les ciblistes, tels que je les ai définis, sont ceux qui entendent être fidèles à l’*esprit* du texte-source, et non pas tant à sa lettre : ils pourraient reprendre à leur compte, transposée dans le contexte moderne de la traductologie, la fameuse formule de saint Paul [...] : ‘la Lettre tue (mais) l’*Esprit* vivifie’. Au contraire, les sourciers seraient des *littéralistes* qui voudraient en quelque sorte qu’on pût lire la forme même de la langue-source du texte original comme en filigrane de sa traduction.” (LADMIRAL, 2015, p. 20).

fator extralinguístico sobre o fator linguístico em tradução: “O contexto linguístico forma apenas a matéria bruta da operação: é o contexto, muito mais complexo, das relações entre duas culturas, dois mundos de pensamento e de sensibilidade que caracteriza verdadeiramente a tradução” (CARY, 1985, p. 35, tradução nossa)⁷.

As dificuldades extralinguísticas constituem um conjunto diversificado de fenômenos: os antropônimos, os topônimos, as conotações de palavras nas diferentes culturas, as expressões idiomáticas, os conceitos em culturas diversas, os jogos de palavras, etc.; e estes são apenas alguns dos tipos de dificuldades repertoriados por Paulo Rónai em “As armadilhas da tradução” (1976, p. 28 e *passim*). O contexto sócio-histórico desempenha aí um papel determinante, considerando que ele integra o conjunto desses diferentes fenômenos. Como traduzir uma expressão idiomática ou uma conotação idiossincrática de um termo de determinada língua-cultura? Como traduzir os nomes próprios? A essas questões, diferentes respostas foram representadas através da prática tradutória.

Na transposição de um texto-fonte a uma cultura-alvo, Antoine Berman e Henri Meschonnic – ambos considerados *fontistas* por Ladmiral (2015, p. 22) – denunciam o caráter anexionista de certas traduções que, ao priorizarem o sentido e se interessarem essencialmente pela recepção da tradução em detrimento das especificidades da língua-cultura a ser traduzida, tendem a apagar o Outro, ou seja, a cultura estrangeira. Berman chama essa prática de “tradução etnocêntrica”, definindo o caráter etnocêntrico do seguinte modo: “etnocêntrico significará aqui: quem traz consigo tudo à sua própria cultura, às suas normas e aos seus valores, e considera o que se situa fora dela – o Estrangeiro – negativo ou simplesmente bom a ser anexado, adaptado, para aumentar a riqueza dessa cultura” (1999, p. 29, tradução nossa)⁸.

O apagamento do elemento estrangeiro em determinadas traduções pode ser demonstrado de diversos modos, inclusive com a supressão de trechos nos quais figurem termos ou expressões considerados como intraduzíveis. Luís Carlos Pimenta Gonçalves, ao debruçar-se sobre diferentes traduções em português europeu de *Madame Bovary*, romance oitocentista de Gustave Flaubert, aponta, por exemplo, a supressão de certo trocadilho em uma das traduções do emblemático romance. Diante da suposta impossibilidade em traduzir o referido trocadilho, o tradutor fornece uma nota na qual explica “há aqui uma frase suprimida pela

⁷ “Le contexte linguistique ne forme que la matière brute de l’opération : c’est le contexte, bien plus complexe, des rapports entre deux cultures, deux mondes de pensée et de sensibilité qui caractérise vraiment la traduction.” (CARY, 1985, p. 35).

⁸ “Ethnocentrique signifiera ici : qui ramène tout à sa propre culture, à ses normes et valeurs, et considère ce qui est situé en dehors de celle-ci – l’Étranger – comme négatif ou tout juste bon à être annexé, adapté, pour accroître la richesse de cette culture.” (BERMAN, 1999, p. 29).

tradução porque é um trocadilho ininteligível em português” (BARREIRA *apud* GONÇALVES, 2020, p. 68).

No caso dos nomes próprios, categoria essencialmente ligada à cultura dos povos, questiona-se ainda na atualidade: dever-se-ia traduzi-los? Como tratá-los? Há regras para seu tratamento? Dever-se-ia modular as soluções tradutórias de acordo com o contexto?

Antropônimos e topônimos em tradução

Antes de passarmos à antroponímia e à toponímia no escopo da tradução, convém estabelecer como tais categorias são entendidas neste artigo. Para tanto, partimos da explanação de Maria Dick: “É o simbolismo das formas linguísticas que transforma nomes em lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais. A configuração de um local só acontece a partir do nome, o antecedente sendo o não-lugar, o não-simbólico, o inativo” (DICK, 2001, p. 79). Em outras palavras, os antropônimos e os topônimos desempenham um papel incontestável na constituição dos sujeitos sociais.

No que concerne à prática tradutória, por serem carregados de sentidos sócio-históricos e culturais, os antropônimos e os topônimos são elencados como pertencentes ao que Paulo Rónai categoriza como problemas de tradução. Em “Armadilhas da tradução”, Rónai examina brevemente o caráter ambíguo dos antropônimos, essencialmente designativos e, contudo, repletos de valor conotativo:

Entre as palavras evocadoras têm de se incluir uma categoria de vocábulos sem sentido verdadeiro, apenas de utilidade designativa. Estou me referindo aos nomes próprios. Essas palavras destituídas de significação possuem, entretanto, valor conotativo dos mais fortes. Se um personagem de ficção brasileira aparece com o nome de João da Silva, torna-se evidente a intenção do autor de fazer dele um símbolo do homem médio, do Jedermann, mas o nome, se mantido numa tradução francesa ou alemã, despertaria apenas associações de exotismo. (1976, p. 28).

O autor pondera o valor simbólico dos nomes próprios ao mencionar o exemplo de “João da Silva”, cujo valor denota, extrapolando a definição de Rónai, um brasileiro das classes populares. Além disso, ele avalia que, em uma tradução, ao ser mantido tal e qual, um nome como “João da Silva” dificilmente conseguiria exprimir toda a sua dimensão simbólica, causando apenas uma espécie de “exotismo” junto ao leitor do texto em tradução. Em “Problemas gerais da tradução”, Rónai retoma o tópico dos antropônimos, e explicita que tal categoria é falsamente considerada como ponto pacífico no âmbito da transposição de um texto-fonte a uma cultura-alvo:

Lá mesmo onde se tem a impressão de que [o tradutor] pode avançar automaticamente os perigos abundam. Nem a versão dos nomes de pessoa é matéria pacífica. Smith ou Dupont podem ser traduzidos em certos casos, quando apenas indicam nomes vulgares, de grande frequência, por Silva. Fulano e Sicrano se chamam Tizio e Caio em italiano, Heinz e Kunz em alemão. (1984, p. 12).

Em consonância com o artigo de 1976, no qual chama atenção para um suposto caráter exótico aferido à tradução por antropônimos mantidos como figuram no texto original, em seu artigo de 1984, Rónai preconiza, de certo modo, a tradução de certos nomes próprios quando esses parecem possuir apenas um caráter figurativo. Nessa linha, traduzir-se-ia “Smith” ou “Dupont” por “Silva”, por exemplo.

Em relação aos topônimos, Rónai evoca-os brevemente, assinalando a problemática neles contida e fornecendo alguns exemplos:

Outra categoria aparentemente neutra e na verdade carregada de significados explosivos é a dos topônimos. Rio de Janeiro significa uma coisa para o carioca que nele vive e trabalha, outra para o paulista que aí vem passar as suas férias, outras para o europeu que condensa nesse nome o seu sonho exótico. Mesmo os logradouros de uma cidade – Copacabana, Lapa, Wall Street, Avenue des Champs Elysées, Piccadilly Circus, Quartier Latin, Kurfürstendamm, Nevski Prospekt – acabaram condensando, no decorrer dos tempos, um complexo de conotações que reclamaria dezenas de páginas para ser analisado. (1976, p. 29).

Os topônimos supracitados ajudam a compreender a importância dos termos que constituem esta categoria na medida em que aludem a sítios cujos valores simbólicos podem ser apreendidos por indivíduos das mais diversas culturas. Em tradução, o apagamento ou a aferência de um equivalente inadequado a esses termos traria, desse modo, prejuízos importantes à compreensão das mais profundas camadas de sentido que os originais possam conter.

Contudo, não há consenso sobre a existência de valores conotativos e relevantemente expressivos na seara dos nomes próprios. Jean Delisle, por sua vez, coloca esta categoria ao lado de outras que ele define como “vocábulos monossêmicos”. Segundo Delisle, para traduzir esses vocábulos, “o tradutor [os] transpõe diretamente no texto de chegada sem ter a necessidade de reportar-se ao contexto ou à situação. Ele procede mais ou menos automaticamente à sua transposição de um texto a outro [...] Perfeitamente monossêmicos, esses vocábulos possuem um valor puramente simbólico” (1984, p. 101, tradução nossa)⁹.

⁹ “le traducteur transpose directement dans son texte d’arrivée sans avoir besoin de se reporter au contexte ou à la situation. Il procède plus ou moins machinalement à leur report ou ‘translation’ d’un texte à l’autre. [...] Parfaitement monosémiques, ces vocables ont valeur de purs symboles.” (DELISLE, 1984, p. 101).

Posturas teóricas diversas resultam em procedimentos tradutórios diversos no que tange aos nomes próprios – como a quaisquer outras categorias de problemas da tradução. E, nesse contexto, “João da Silva” pode se revelar, em uma tradução para o francês, como “Jean Dupont” (utilização de um equivalente de valor simbólico análogo), como “Joao da Silva” (manutenção do antropônimo brasileiro, mas com uma transliteração) ou como “João da Silva” (manutenção total do antropônimo brasileiro).

Esau e Jacó: do original às traduções

Por figurar como um dos mais importantes escritores da literatura brasileira de todos os tempos, Machado de Assis obteve, por consequência, relativo sucesso no que concerne à tradução de sua obra em diversos idiomas. Não somente os incontornáveis *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e *Dom Casmurro* (1899) foram difundidos pelo mundo através de diferentes traduções, mas também coletâneas de contos e alguns romances machadianos menos lembrados pelo público.

Em se tratando de *Esau e Jacó*, romance publicado em 1904 pela editora Garnier, referimos uma tradução para o francês (realizada por Françoise Duprat, em 1985) e duas traduções para o inglês estadunidense (uma realizada por Helen Caldwell, em 1965, e outra por Elizabeth Lowe, em 2000). Devido à impossibilidade de acesso à tradução de Caldwell até o presente da redação deste artigo, centramo-nos exclusivamente nas traduções de Duprat e Lowe, como anteriormente mencionado.

Traduzido do português do Brasil para o francês por Françoise Duprat, *Esau et Jacob* foi publicado no âmbito do *concours du Centre National des Lettres* em 1985 pelas Éditions A. M. Métailié, editora destinada notadamente à publicação de literaturas estrangeiras traduzidas para o francês. Antes de proceder à tradução de *Esau e Jacó*, Duprat traduzira em 1980, junto a Luiz Dantas, outra obra brasileira oitocentista: *O Ateneu* (1888), de Raul Pompeia. Em nota à tradução sobre a qual nos debruçamos, Duprat agradece ao lusófono Luiz Dantas pela colaboração também na tradução de *Esau e Jacó*.

A tradução de *Esau e Jacó* proposta por Elizabeth Lowe foi também realizada diretamente do português do Brasil para o inglês estadunidense. Publicada em 2000 pela Oxford University Press, esta edição faz parte da “Library of Latin America”, coleção que dispõe de um vasto rol de obras brasileiras em tradução. Lowe, por sua vez, é uma reputada tradutora e pesquisadora na área das literaturas latino-americanas e da tradução. Tradutora de escritores do Brasil, Colômbia, Venezuela, Portugal, Angola e Moçambique, Lowe foi reconhecida pela

Academia Brasileira de Letras pela tradução em inglês estadunidense de *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha.

Após uma breve explanação sobre os antropônimos e topônimos como dificuldade de tradução e da apresentação de alguns dados contextuais referentes a *Esaú e Jacó* e às suas traduções, passamos ao estudo de caso propriamente dito: como as traduções francesa e estadunidense de *Esaú e Jacó* tratam os nomes próprios?

***Esaú e Jacó* em língua francesa e em língua inglesa: o caso dos antropônimos**

Na tradução francesa de *Esaú e Jacó*, o exame relativo aos antropônimos inicia-se a partir do título: Duprat traduz “Esaú e Jacó” para o francês (*Esau et Jacob*). A tradução desses prenomes em francês é justificada por fazerem referência a personagens representadas no livro bíblico do Gênesis. Em outras palavras, formulamos a hipótese de que, por se tratar de uma referência comum à cultura ocidental, a tradutora estabelece sua apresentação em francês, tal como podem ser encontrados na *Bible* francesa. Observamos as traduções de antropônimos feitas por Duprat nos excertos do romance machadiano:

João de Melo s'en alla avec le greffe et, avec aussi, semble-t-il, une grande passion. *Natividade* était la plus belle femme de ce temps. (ASSIS, 1985, p. 30, trad. Duprat, grifo nosso) [...]

Pedro serait médecin, *Paulo* avocat; tel fut le premier choix des professions. Mais aussitôt après, ils changèrent de carrière. On pensa aussi à diriger un vers le Génie. La Marine souriait à la mère, à cause de la distinction particulière de l'école. Il n'y avait qu'un inconvénient: le premier voyage lointain; mais *Natividade* pensa à se faire appuyer par le ministre. *Santos* parlait de faire un banquier de l'un, ou des deux. (ASSIS, 1985, p. 41, trad. Duprat, grifo nosso).

A partir dos fragmentos acima referenciados, constata-se que a tradutora opta por conservar os nomes de pessoas na forma como figuram no texto original (“João de Melo”, “Natividade”, “Pedro”, “Paulo”, “Santos”). Além das personagens supracitadas, deparar-nos-emos, ao longo do romance, com outras cujos prenomes e nomes mantêm igualmente sua forma em português brasileiro: “Aires”, “Perpétua”, “Flora”, “Batista”, entre outros.

Na continuidade da discussão dos antropônimos na tradução de Duprat, é interessante considerar igualmente a manutenção do título “dona”, precedendo prenomes como o de Cláudia (ASSIS, 1985, p. 96 *et passim*) e de Rita (ASSIS, 1985, p. 104 *et passim*). Este pronome de tratamento luso-brasileiro poderia ser traduzido em francês por *madame*. Todavia, entre “dona” e *madame*, há uma nuance de sentido que provavelmente acarretaria uma subtradução caso Duprat elegesse a forma francesa em sua tradução.

Lowe, responsável pela tradução estadunidense de *Esau e Jacó* aqui analisada, procede de modo semelhante a Duprat: traduz o título do romance brasileiro para o inglês (*Esau and Jacob*) e mantém os nomes das personagens em sua versão original. Observemos alguns exemplos:

João de Melo left with his clerkship and, they say, with a great passion as well. *Natividade* was the most beautiful woman of this time. (ASSIS, 2000, p. xxvi, trad. Lowe, grifo nosso).

Pedro would be a doctor, *Paulo* the lawyer. That was the first choice of professions. But soon afterward they would change careers. They also thought of placing one of them in engineering. The navy beckoned to the mother, because of the particular distinction of its school. The only inconvenience was the first distant voyage, but *Natividade* thought she might have a word with the minister of the navy. *Santos* talked about making one or both of them a banker. (ASSIS, 2000, p. xxvi, trad. Lowe, grifo nosso).

Esse exame da tradução estadunidense de *Esau e Jacó* aponta para a manutenção sistemática de antropônimos brasileiros e, como na tradução francesa, renuncia à utilização do recurso da transliteração como meio de tornar os antropônimos em língua portuguesa menos estranhos ao público-alvo de sua tradução.

***Esau e Jacó* em língua francesa e em língua inglesa: o caso dos topônimos**

Em congruência com suas escolhas acerca dos antropônimos na tradução francesa de *Esau e Jacó*, Duprat também preserva a forma original dos topônimos, fator que pode ser corroborado através dos trechos abaixo:

C'était la première fois que l'une et l'autre allaient à la colline du *Castelo*. Elles commencèrent à monter du côté de la rue du *Carmo*. [...] Outre *Botafogo*, *Natividade* et *Perpétua* connaissaient d'autres endroits. (ASSIS, 1985, p. 17, trad. Duprat, grifo nosso).

Même les chaussures d'un frère des âmes qui allait tourner au coin de la rue de la *Misericórdia* vers la rue *São José* semblaient rire de joie, alors qu'en réalité elles gémissaient de fatigue. (ASSIS, 1985, p. 23, trad. Duprat, grifo nosso).

Les séparer fut une solution habile; l'un restait à *Rio*, et faisait ses études de médecine, l'autre allait à *São Paulo* faire son droit. (ASSIS, 1985, p. 90, trad. Duprat, grifo nosso).

Como se pode depreender desses três fragmentos, os nomes de cidades (“Rio [de Janeiro]” e “São Paulo”), bem como nomes de ruas (“Carmo”, “Misericórdia”, “São José”), nomes de bairros (como “Botafogo”) e o nome do morro referido (“Castelo”) são conservados como apresentados na versão original de *Esau e Jacó*. A tradutora opta, no entanto, por traduzir para o francês construções como “rua” (*rue du/de la*) e “morro” (*colline*). Esse procedimento pode

ser verificado com diferentes topônimos referenciados na obra como demonstram os exemplos listados no quadro a seguir:

Quadro 1: Exemplos de topônimos referenciados na tradução francesa de *Esau e Jacó* por Duprat

Topônimos em <i>Esau e Jacó</i> (ASSIS, [1904] 1994)	Topônimos na tradução de Duprat (ASSIS, 1985)
Morro do Castelo (p. 2)	colline du Castelo (p. 17)
Praia de Santa Luzia (p. 6)	la plage de Santa Luzia (p. 28)
Largo da Lapa (p. 6)	Place de Lapa (p. 28)
Igreja de São Domingos (p. 7)	Église de S. Domingos (p. 28)
Cassino Fluminense (p. 9)	Casino Fluminense (p. 34)
Palácio Nova Friburgo (p. 13)	Palais Nova Friburgo (p. 44)
colégio de Pedro II (p. 28)	collège Pedro II (p. 79)
Confeitaria do Império (p. 76)	Salon de thé de l'Empire (p. 103)

Fonte: elaborado pela autora.

Na tradução de Duprat, há quase uma absoluta regularidade no tratamento de termos como “rua”, “morro”, “largo”, etc., bem como outros termos associados a locais (“igreja”, “cassino”, “palácio”, etc.): eles são sistematicamente traduzidos para o francês. Cumpre-nos alertar para uma quase absoluta regularidade porque, ao analisarmos a tradução de Duprat, defrontamo-nos com duas ocorrências que fogem à lógica acima expressa: “Teatro Lírico” (p. 9) e “Passeio Público” (p. 73 *et passim*). Tais ocorrências destoam do procedimento utilizado por Duprat, fato que leva a crer que essas representariam lapsos de tradução (se nos referimos à lógica tradutória empregada).

No que se refere à tradução estadunidense de *Esau e Jacó* realizada por Lowe, constata-se igualmente a manutenção dos topônimos originais e, para corroborar com essa afirmação, tomemos as mesmas passagens usadas como exemplos na tradução francesa:

It was the first time that the two had gone to *Morro do Castelo*. They began the ascent from the *Rua do Carmo*. [...] Natividade and Perpétua were familiar with other parts of the city, besides *Botafogo*. (ASSIS, 2000, p. xxvi, trad. Lowe, grifo nosso).

The very shoes of an alms collector about to turn the corner from the *Rua da Misericórdia* to the *Rua São José* seemed to squeak with glee, when they really were groaning with exhaustion. (ASSIS, 2000, p. xxvi, trad. Lowe, grifo nosso).

It was a wise idea to separate them. One would stay in Rio, studying medicine. The other would go to São Paulo, to study law. (ASSIS, 2000, p. xxvi, trad. Lowe, grifo nosso).

Ao se comparar ambas as traduções, nota-se que na versão estadunidense não são traduzidos para o inglês, diferentemente da tradução francesa, termos como “rua” e “morro”. Eis um procedimento adotado por Lowe com diferentes topônimos, conforme se pode notar nos exemplos a seguir:

Quadro 2: Exemplos de topônimos referenciados na tradução estadunidense de *Esau e Jacó* por Lowe

Topônimos em <i>Esau e Jacó</i> (ASSIS, [1904] 1994)	Topônimos na tradução de Lowe (ASSIS, 2000)
Morro do Castelo (p. 2)	Morro do Castelo (p. xxvi)
Praia de Santa Luzia (p. 6)	Praia de Santa Luzia (p. 166)
Largo da Lapa (p. 6)	Largo da Lapa (p. xxvi)
Igreja de São Domingos (p. 7)	Igreja São Domingos (p. xxvi)
Caminho Velho... Caminho Novo (p. 16)	Caminho Velho... Caminho Novo (p. xxvi)
Confeitaria do Império (p. 76)	Confeitaria do Império (p. xxvi)
Igreja do Carmo (p. 92)	Igreja do Carmo (p. 170)

Fonte: elaborado pela autora.

Ao não transpor em inglês vocábulos como “rua”, “morro”, “praia”, “largo”, “igreja” e outros, Lowe parece tratá-los como constituintes indissociáveis dos nomes próprios que os acompanham. Embora em sua tradução este procedimento seja predominante no caso das ruas e largos, verifica-se uma alternância na sua utilização – ora em português, ora em inglês – no que diz respeito a certos topônimos. Para exemplificar, assinalemos o tratamento cedido a (1) “igreja”; e (2) “praia”.

Quadro 3: Alternância de tradução de topônimos e seus referentes na tradução de Lowe

	<i>Esau e Jacó</i> (ASSIS, [1904] 1994)	<i>Esau and Jacob</i> (ASSIS, 2000)
(1) igreja	“E seguiram lépidas para o coupé, que as esperava no espaço que fica entre a igreja de São José e a Câmara dos Deputados” (p. 5, grifo nosso).	“And light-footed they moved quickly to their waiting carriage, which stood in the space between the church of São José and the Chamber of Deputies”. (p. xxvi, grifo nosso).
	“Na Igreja de São Domingos diz-se hoje uma missa por alma de João de Melo, falecido em Maricá”. (p. 7, grifo nosso).	“Today at the Igreja São Domingos there will be a Mass for the soul of João de Melo, deceased in Maricá”. (p. xxvi, grifo nosso).

	No fim do espetáculo, o amigo, então moço, ouviu grande rumor do lado da igreja de São Francisco , e correu a saber o que era”. (p. 79, grifo nosso).	“At the end of the show, his friend, then a young man, heard a loud noise next to the São Francisco church , and the ran to see what it was”. (p. 145, grifo nosso).
	“Atravessou a praça, passou a catedral e a Igreja do Carmo ”. (p. 92, grifo nosso).	“He crossed the square, passed the cathedral and the Igreja do Carmo ”. (p. 170, grifo nosso).
(2) praia	“Ao desembocar na Praia de Botafogo , a enseada trouxe o gosto de costume”. (p. 10, grifo nosso).	“Arriving at Botafogo beach , the view of the bay brought the customary pleasure”. (p. xxvi, grifo nosso).
	Assim foi que, antes de chegar à Praia da Glória , a vitória avistou o coupé da família”. (p. 14, grifo nosso).	“Thus it was that before arriving at the Glória beach , the victoria sighted the family coupé” (p. xxvi, grifo nosso).
	“Se a província fosse a do Rio de Janeiro, eu gostaria, porque não era preciso ir morar na Praia Grande ”. (p. 63, grifo nosso).	“If it were the province of Rio de Janeiro, I would like it, because it would necessary to live in Praia Grande ”. (p. xxvi, grifo nosso).
	“Lá se foi a pé; desceu pela Rua de São José, dobrou a da Misericórdia, foi parar à Praia de Santa Luzia , tornou pela Rua de D. Manuel, enfiou de beco em beco”. (p. 90, grifo nosso).	“He walked down the Rua São José, turned on Misericórdia, stopped at the Praia de Santa Luzia , turned on Rua Dom Manuel and poked into every alley”. (p. 166, grifo nosso)

Fonte: elaborado pela autora

A partir do quadro acima, depreende-se que, no caso de “igreja”, Lowe aplica dois procedimentos de tradução: (a) traduz por *church* quando a ocorrência de “igreja” contida no original é expressa através de minúscula, e (b) não traduz quando a ocorrência desse termo é expressa através de maiúscula, denotando um elemento intrínseco ao topônimo em questão. No caso de “praia”, a tradutora alterna, ao utilizar *beach* ou “Praia”, não demonstrando uma regra de emprego em relação a esse vocábulo.

Antropônimos e topônimos nas traduções examinadas: considerações gerais

Por optarem como procedimento tradutório justamente pela não tradução de nomes próprios, antropônimos e topônimos, ao se considerar exclusivamente este critério, pode-se postular que Duprat e Lowe integram o grupo daqueles que Ladmiral denomina como *fontistas* – ou seja, aqueles que se atêm notadamente ao significante da língua na qual é expresso o texto-fonte. Ao seguir esse caminho, poder-se-ia estipular que Lowe é ainda mais *fontista* do que Duprat, já que não traduz também os referentes de topônimos, como demonstrado no Quadro 2. Cabe ressaltar que Ladmiral tem predileção por traduções que estão nos antípodas daquelas que teriam uma postura *fontista*, as quais se apresentariam, segundo ele, como literalistas. Os argumentos contrários às traduções *fontistas* arrolados por Ladmiral são abundantes e, entre

eles, pode-se destacar o estranhamento junto à recepção da tradução, no caso de traduções excessivamente literais, e, para além do estranhamento, pode haver uma efetiva incompreensão de um termo ou uma passagem, caso a tradução se mostre muito distante – linguisticamente e/ou culturalmente – do público ao qual se destina.

No que diz respeito aos nomes próprios que são mantidos tal como figuram no texto original, em muitos casos o contexto poderá revelar a sua essência (um nome popular ou aristocrático, por exemplo), restando como estranhamento questões que atravessam essencialmente o campo gráfico. Exemplifiquemos tomando as línguas românicas francês e português: em língua francesa, o til enquanto diacrítico é inexistente. Desse modo, ao deparar-se com um antropônimo como “João” (como a personagem João de Melo) ou com um topônimo como “São Paulo” (espaço referido em *Esau et Jacob*), um francófono experimentará sem sombra de dúvida o estranhamento mencionado anteriormente, sendo incapaz até mesmo de pronunciar esses nomes próprios em ocasião de uma leitura em voz alta¹⁰.

Um outro exemplo dos campos gráfico e fonético diz respeito aos diferentes valores atribuídos pelo acento agudo [´], em português, e o *accent aigu* [ˆ], em francês. Se em português o acento agudo tem por objetivo marcar a sílaba tônica e lhe conferir um som aberto, em francês o *accent aigu* confere à vogal sobre a qual se sobrepõe um som fechado. Assim, um antropônimo como “Perpétua” em uma tradução francesa seria apreendido por um francófono da seguinte maneira: /pɛʁpɛtɥa/ e não /pɛʁˈpɛtɥə/, como em língua portuguesa. Para este exemplo específico, um tradutor que pretenda mimetizar o som do antropônimo brasileiro em francês e que esteja disposto a transliterar os nomes próprios poderia substituir o *accent aigu* pelo *accent grave*, o que resultaria em “Perpètua”. No caso do inglês, idioma que não dispõe de sinais diacríticos, o estranhamento do leitor diante de antropônimos e topônimos que disponham de tais símbolos pode ser ainda mais acentuado.

Poder-se-ia reduzir essa problemática de tradução a um aspecto puramente linguístico, compreendendo que as escolhas de Duprat e de Lowe teriam consequências que se manifestam essencialmente no campo da língua. Todavia, convém destacar aqui a postura em tradução que pode ser depreendida de uma opção dessa natureza: a manutenção do fator estrangeiro ou, ao fundarmos a discussão nos trabalhos de Berman e Meschonnic, a renúncia de uma tradução anexionista e etnocêntrica.

¹⁰ Sobre essa questão, é interessante examinar a solução que deram Michel Berveiller e Pierre Hourcade à transposição do nome “João” em sua tradução francesa de *Jubiabá*, de Jorge Amado. Os tradutores franceses optaram por uma solução de meio-termo: mantiveram o prenome como se apresenta em português, mas eliminaram o diacrítico, ou seja, realizaram uma transliteração: “João” tornou-se *Joao*.

Embora o procedimento de tradução adotado por Duprat e Lowe, no que se reporta aos antropônimos e topônimos, pareça ser o mais usual na atualidade, calcado presumivelmente no princípio de que “não se traduz nomes próprios”, convém sublinhar que a análise de diferentes traduções na contemporaneidade demonstra que não se pode determinar a sobreposição absoluta de um procedimento sobre o outro. Ao lado da manutenção rigorosa dos antropônimos e topônimos originais, a transliteração também aparece como técnica frequente e, sobretudo, no âmbito dos topônimos. Quanto à transliteração no domínio dos antropônimos, apontamos, a título de exemplo, o já citado *Joao*, na tradução francesa de *Jubiabá* de Jorge Amado, ou, na transposição do francês ao português de nomes como “Clarimunda”, “Romualdo” e “Serapião”, respectivamente transliterados a partir de *Clarimonde*, *Romuald* e *Sérapiion*, em uma das traduções brasileiras (2009) de *La Morte amoureuse*, novela oitocentista de Théophile Gautier.

Considerações finais

Partindo da problemática da fidelidade, uma das mais disseminadas no bojo dos estudos de tradução, e passando pela discussão da tradução de questões relacionadas a fatores sócio-históricos e culturais, introduzimos o tema do tratamento oferecido aos antropônimos e topônimos em tradução. Cunhadas em fatores intrinsecamente ligados à história e à cultura dos povos, essas duas categorias de vocábulos suscitam o questionamento de como se pode traduzi-las.

Para ilustrar o assunto aqui abordado, tomamos uma tradução francesa e uma tradução estadunidense de *Esau e Jacó*, penúltimo romance publicado por Machado de Assis. Ao se examinar minuciosamente as referidas traduções, realizadas por profissionais que dispunham de experiências pretéritas no que se reporta à tradução de obras brasileiras, constatou-se que ambas partilham do mesmo procedimento de tradução dos nomes próprios que, como explanado, concerne à manutenção dos antropônimos e topônimos como se manifestam na obra original.

Ainda que o estudo de caso realizado tenha apontado para um procedimento de tradução específico, este trabalho não pretende prescrevê-lo como o melhor ou mais adequado, estigmatizando outros procedimentos, e vice-versa. Trata-se, sobretudo, de fomentar a discussão e de buscar compreender as razões que subjazem às soluções adotadas pelos diferentes tradutores na atualidade: (a) conservar os antropônimos e topônimos como figuram nos originais, seja pela adoção de uma postura filosófica que rechaça a tradução etnocêntrica, seja pela pura e simples opção da facilidade ao se adotar sem questionamentos a premissa de

que “não se traduz nomes próprios”; (b) preservar na medida do possível os antropônimos e os topônimos originais, realizando, entretanto, as transliterações consideradas necessárias às adaptações dos sistemas fônico e gráfico das diferentes línguas-culturas; ou (c) substituir os antropônimos e topônimos, com o intuito de torná-los menos estranhos à recepção, por nomes próprios que possam ter valores conotativos análogos àqueles que se manifestam no texto-fonte.

Convém, em última análise, salientar que cada texto corresponde a um contexto particular que deve ser minuciosamente examinado para que as melhores soluções tradutórias possam lhe ser atribuídas. Outrossim, sejam quais forem as escolhas do tradutor, é necessário que ele esteja empenhado a imprimir em sua tradução uma coerência interna, resultante da harmonização do emprego de estratégias e de procedimentos em sua prática tradutória.

Referências

AMADO, Jorge. *Bahia de tous les saints*. Tradução de Michel Berveiller e Pierre Hourcade. Paris: Gallimard. 1938.

ASSIS, Machado de. [1904]. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. 1994.

ASSIS, Machado de. *Esau et Jacob*. Tradução de Françoise Duprat. Paris: Éditions A. M. Métailié. 1985.

ASSIS, Machado de. *Esau and Jacob*. Tradução de Elizabeth Lowe. Nova York: Oxford University Press. 2000.

BERMAN, Antoine. *La traduction et la lettre ou l'auberge du lointain*. Paris: Seuil, col. “L'ordre philosophique”. 1999.

BERMAN, Antoine. *L'Épreuve de l'étranger*. Paris: Gallimard, col. “Tel”. 2021.

CARY, Edmond. *Comment faut-il traduire ?* Lille: Presses universitaires de Lille. 1985.

DELISLE, Jean. *L'analyse du discours comme méthode de traduction*. Ottawa: Éditions de l'Université d'Ottawa. 1984.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. São Paulo: Arquivo do Estado. 1990.

GAUTIER, Théophile. A morta apaixonada. In. COSTA, Flávio Moreira (Org.). *Contos de vampiros: 14 clássicos escolhidos*. Trad. Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Agir Editora, col. “Pocket ouro”. 2009.

GONÇALVES, Luís Carlos Pimenta. Traduction de *Madame Bovary* au Portugal entre le XIX^e et le XXI^e siècle. *Synergies Portugal*, n. 8, p. 55-68, 2020.

LADMIRAL, Jean-René. *Traduire: théorèmes pour la traduction*. Paris: Gallimard, col. “Tel”. 1994.

LADMIRAL, Jean-René. *Sourcier ou cibliste, les profondeurs de la traduction*. 2^a. ed. Paris: Les Belles Lettres, col. “Traductologiques”. 2015.

RÓNAI, Paulo. As armadilhas da tradução. In: RÓNAI, Paulo. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Educom. 1976.

RÓNAI, Paulo. Problemas gerais da tradução. In: PORTINHO, Waldívia Marchiori (org.). *A tradução técnica e seus problemas*. São Paulo: Álamó. 1983.